



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A ELETROBRÁS E A ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (1954-1961)

GABRIEL ROCCA DE SOUZA

Brasília, setembro de 2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL ROCCA DE SOUZA

A ELETROBRÁS E A ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (1954-1961)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Departamento de História, do Instituto de
Ciências Humanas, da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em História, sob a orientação da
Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília, setembro de 2024.

**A ELETROBRÁS E A ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.
(1954-1961)**

GABRIEL ROCCA DE SOUZA

Artigo defendido e aprovado para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Brasília, xx de setembro de 2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Universidade de Brasília/ UnB

Orientadora

Prof.^a Dr. Virgílio Caixeta Arraes

HIS/ICH/UnB

Prof. Dr. Martin Léon Jacques Ibáñez de Novion

ELA/UnB – Membro Externo

Dedicatória

Aos meus pais Marco e Cristina e aos meus irmãos Daniel e Mayra.

Agradecimentos

Eu queria agradecer a todo o corpo docente do Departamento de História da Universidade de Brasília, principalmente à professora Albene Miriam Menezes Klemi, orientadora deste trabalho, por ter sido acolhedora e solícita sempre que precisei. Queria agradecer a minha família, principalmente a minha Mãe, sem ela meus estudos não seriam possíveis e quem sempre me apoiou nos momentos mais difíceis. Gostaria, também, de agradecer aos meus amigos que passaram esta jornada comigo, Eduardo, Wesley, Gabi, João Antônio, João Gabriel, Clara, e Guilherme.

SUMÁRIO

A ELETROBRÁS E A ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. (1954-1961)

1-Introdução.....	7
2- Setor Elétrico- Um breve histórico.....	10
3-Eletróbrás e os embates entre nacional desenvolvimentistas e liberais.....	14
4-Marcos da estatização da produção de eletricidade e a criação da Eletróbrás.....	19
5-Considerações finais..	24
6-Referências bibliográficas.....	26

**A ELETROBRÁS E A ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.
(1954-1961)**

GABRIEL ROCCA DE SOUZA

RESUMO

Esse artigo vem a ser uma pesquisa historiográfica de cunho qualitativo e busca compreender como se deu os primeiros passos rumo à estatização do setor de energia elétrica no Brasil, com enfoque nas disputas entre liberais e nacional-desenvolvimentistas pela organização do setor. O artigo apresenta um breve histórico do setor de energia elétrica no Brasil desde o fim do período imperial até a fundação das Centrais Elétricas Brasileiras em 1962, além de analisar os principais marcos rumo a uma centralização estatal da produção de energia no País. A abordagem do tema baseia-se em fontes bibliográficas mas tem também como suporte a legislação relativa ao setor na busca para identificar como e por que se deu a estatização do setor elétrico no Brasil no período caracterizado pelo chamado nacional-desenvolvimentismo, particularmente no Governo da Presidência Juscelino Kubitschek.

PALAVRAS-CHAVES:

Eletrobrás, Nacional-Desenvolvimentismo, Estatização do setor elétrico.

ABSTRACT

This article is a qualitative historiographical research that seeks to understand the initial steps toward the nationalization of the electric power sector in Brazil, focusing on the disputes between liberals and national-developmentalists over the organization of the sector. The article presents a brief history of the electric power sector in Brazil from the end of the imperial period to the founding of Centrais Elétricas Brasileiras in 1962, and also analyzes the main milestones leading to the state's centralization of energy production in the country. The approach to the topic is based on bibliographic sources, but it is also supported by legislation related to the sector, aiming to identify how and why the nationalization of the electric sector in Brazil occurred during the period characterized by the so-called national-developmentalism, particularly during the presidency of Juscelino Kubitschek.

KEYWORDS: Eletrobrás, National-Developmentalism, Nationalization of the electric sector.

1. Introdução

Um dos principais tipos de energia utilizada no mundo é a elétrica, principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial. É impossível pensar o mundo atual sem a energia elétrica, um dos pilares da base para o grande salto de desenvolvimento dos últimos 200 anos e portanto ela tem uma centralidade quando se observa a história do desenvolvimento da modernidade. A história do fenômeno elétrico imbrica-se com a história da própria humanidade e seu conceito remonta aos primórdios do conhecimento humano em um passado longínquo na China e tem seu primeiro registro no mundo ocidental na Grécia Antiga, no século VI a.C quando supõem-se que Tales de Mileto realizou sua experiência com o âmbar (elétron em grego). O estudo do conceito de eletricidade avançou no século XVII com destaque para o fato de Otto von Guericke ter construído a primeira máquina eletrostática que serviu como gerador. No século XVIII Benjamin Franklin fez seu clássico experimento com uma chave de metal presa a uma pipa que ele teria empinado durante uma tempestade. Muitos estudos e avanços sobre o tema levaram, no início do século XIX, à descoberta científica da eletricidade. Com a Segunda Revolução Industrial a demanda por energia elétrica cresceu e impulsionou a formação e expansão de grandes conglomerados privados que formaram um verdadeiro oligopólio neste setor de serviço público a exemplo da norte-americana General Electric Company, resultante da fusão de duas outras empresas no ano de 1892 (uma das quais pertencente a um dos gênios inventores da lâmpada elétrica, Thomas Edison) e da canadense Light and Power Company, datada de 1899. (TONIDANDEL; ARAÚJO; BOAVENTURA, 2018. CAPORRINO, 2021).

No Brasil o setor elétrico sempre caminhou em consonância com a evolução mundial com a instalação de serviços praticamente de forma concomitante aos planos de ação mundiais instalados a partir do final do século XIX. A história da produção, distribuição e comercialização de energia elétrica no país no período que vai de seus primórdios até o limite do recorte temporal deste trabalho pode ser compreendida em dois grandes momentos. O primeiro é caracterizado pelo monopólio privado e estrangeiro, comandado principalmente pelo conglomerado canadense Light & Power e pela American & Foreign Power Company (AMFORP). O primeiro deles por meio de sua subsidiária, a São Paulo Railway. A Light and Power Company Limited, também

criada em 1899, e a sua subsidiária Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, datada de 1904, ambas com sede em Toronto no Canadá, esta última foi responsável pelo fornecimento de energia na cidade do Rio de Janeiro, a então Capital Federal. O conglomerado AMFORP, de acordo com Caporrino (2021), “adquiriu as primeiras concessionárias no Brasil em 1927. Já no início da década de 1940, as associadas atendiam mais de 300 cidades no país, o maior mercado da empresa.”¹ Desse modo, o setor elétrico no país nasce privado e a partir de 1927 os grupos estrangeiros e as empresas privadas nacionais dominam o setor de energia.

Esse cenário começa a mudar com a Revolução de 1930 quando princípios nacionalistas passam a ser aplicados a exemplo de uma maior intervenção estatal na economia como a regulamentação da exploração de recursos naturais considerados estratégicos para o desenvolvimento do país e a defesa nacional, a exemplo do Código de Águas de 1934 e a nacionalização do subsolo, ressaltando-se os direitos anteriormente adquiridos. Assim, de 1931 até 1945 a presença do Estado fez-se sentir neste setor.

No segundo momento, a partir de 1946 mas principalmente dos anos 1950 até 1962 houve uma grande mudança no cenário da indústria energética. Essa mudança se caracteriza pela entrada em peso do capital estatal no setor de produção e distribuição de energia, fase iniciada com a criação de empresas ligadas ao poder dos Estados que promovia uma política de industrialização do país. Marcos dessas iniciativas foram os casos da Companhia Energética Minas Gerais- CEMIG, fundada pelo então governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek (JK), em 1952 e da Usina Hidrelétrica de Furnas – Furnas, com sede no Rio de Janeiro e criada em 1957 por ato do agora presidente JK. Esses foram os primeiros passos cruciais rumo ao desenvolvimento do período, contexto no qual insere-se na criação do que viria ser a Eletrobrás. Esse período (1946-1962) corresponde à fase do Estado indutor do desenvolvimento ao qual segue-se uma fase de modelo estatal.(GOMES e VIEIRA, 2009).

Diante disso, o presente artigo levanta a seguinte pergunta de pesquisa: o que caracteriza o ambiente onde surgiu a Eletrobrás? Nesse sentido, pretende-se historicizar aspectos do processo histórico do setor elétrico para compreender as razões que levam à criação da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás); ou seja, da estatização do setor.

¹ Uma subsidiária da AMFORP, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) é o pivô do famoso processo de encampação da AMFORP em Porto Alegre em 1959 no governo de Leonel Brizola (1959-1963).

A abordagem metodológica baseia-se em uma pesquisa histórica de natureza qualitativa e recorre principalmente a fontes bibliográficas, e também, com suporte na legislação do setor.

A abordagem do tema, além dessa introdução, traz quatro itens: um breve histórico do setor elétrico no Brasil: os embates ideológicos em torno da criação da Eletrobrás travados no período em foco, nominalmente as teses do nacional desenvolvimentistas e as dos liberais; historicização dos principais marcos da estatização da produção de eletricidade e a criação da Eletrobrás e as considerações finais.

Para tanto, entende-se ser preciso olhar para trás para compreender o motivo que levou a escolha do modelo estatal para o setor elétrico no Brasil, analisando como era a estrutura no período anterior a criação da Eletrobrás, por isso a importância de traçar um breve histórico do setor.

O cenário brasileiro nas décadas de 40 e 50 era de instabilidade na distribuição da eletricidade. Segundo Barreto, essa crise se agrava na década de 40, causada pelo aumento do consumo em conjunto com a falta de investimentos feitos pelas concessionárias estrangeiras. Por essa razão os apagões eram rotina nas grandes capitais brasileiras. Outro importante ponto, é o fato de que havia uma grande diferença na estrutura de geração e distribuição da eletricidade entre os Estados do Sudeste e do restante do País.

Por essa razão é importante entender qual foi o papel que era reservado a Eletrobrás no processo de desenvolvimento do país, e saber como ela foi construída como um bem do povo para o progresso do povo. Compreender os aspectos que motivaram a estatização do setor elétrico é de vital importância para que possamos olhar para os acontecimentos presentes que tiram esse bem que foi criado com o propósito de ser do Povo brasileiro mas que foi retirado de suas mãos, inviabilizando, praticamente, qualquer projeto que tenha como objetivo o desenvolvimento brasileiro sob uma perspectiva nacionalista.

Portanto, o que esse artigo aborda é como se deu o processo de escolha de um modelo estatal para o setor de produção elétrica no Brasil através da contextualização dos fatos mais determinantes para a mudança na estrutura de um setor originalmente nas mãos de empresas privadas. Sendo assim, esse trabalho propõe-se a analisar os marcos mais importantes relacionados ao setor, assim como os embates entre dois grupos distintos, liberais e nacionais-desenvolvimentistas que tinham ideias opostas sobre como gerir a produção de energia elétrica no Brasil.

2. Setor Elétrico- Um breve histórico.

A Criação da energia elétrica foi o grande divisor de águas da modernidade. O desenvolvimento de tecnologia capaz de gerar energia elétrica e de distribuir essa energia foram responsáveis por dar a base para o mundo que existe hoje. No Brasil a energia elétrica chega ainda nos anos de 1880 em consonância com o resto do mundo, mesmo que restrita aos principais centros do país como o Rio de Janeiro e São Paulo. (GOMES e VIEIRA. 2009).

A energia elétrica no Brasil teve sua primeira utilidade prática ainda em 1879 durante o regime imperial de Pedro II. O Imperador concedeu a Thomas Edison o privilégio de fazer a primeira exibição pública da lâmpada elétrica no Brasil, que aconteceu na Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. Entretanto, o uso de energia elétrica só vai se popularizar no Brasil após a proclamação da República.(CMEB. 2006).

Nessas duas décadas finais do século XIX a utilização de energia elétrica no Brasil se restringia ao fornecimento de energia para serviços públicos de iluminação e para mineração. Essa energia era obtida por pequenas usinas hidrelétricas como foi o caso da usina instalada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha em Minas Gerais, e termelétricas como a de Água Branca em São Paulo. (CMEB. 2006).

No final do Século XIX início do XX chega ao cenário brasileiro a empresa que vai ser protagonista no setor de produção e distribuição de energia elétrica no Brasil pelas décadas seguintes. A empresa de capital canadense Light and Power se instalou em São Paulo em 1899 e em 1905 chega à capital federal Rio de Janeiro. Esse é o marco do início do monopólio privado no setor que vai perdurar até a metade do século XX.

Para compreender o motivo por trás do controle do setor pelo capital privado é preciso olhar para a constituição de 1891 que dava aos Estados e municípios o direito de regular o setor elétrico. A mesma constituição também prevê que os recursos naturais, como minerais e hídricos eram de posse do proprietário da terra em que esses se encontravam.

Através desse mecanismo legal a Companhia Light and Power se instalou em São Paulo em 1899, ela se instalou no Brasil com o nome São Paulo Tramway, Light and Power Company. A empresa entra na cidade com a intenção de explorar o mercado

de serviços urbanos, principalmente na iluminação pública e transporte. Além do interesse na exploração desses setores, a Light tinha como objetivo adquirir bens móveis e imóveis como terras, lagos, açudes e quedas d'água, ou qualquer outro que fosse necessário para suprir suas atividades principais.(DIAS. 1995).

Com o controle do setor de produção e distribuição de energia elétrica assegurado na capital paulista, a Light se expande rumo à Capital Federal com o nome de Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, em 1905. Sua entrada na Capital não se dá de forma tranquila, a companhia canadense passa a absorver as companhias que estavam fornecendo serviços de seu interesse, como a companhia fornecedora de gás e a de transporte público. Em pouco tempo a Light já havia monopolizado os setores de fornecimento de eletricidade, gás, bondes e telefonia.(CMEB. 2006).

Um importante fator a ser mencionado é a questão da cláusula-ouro constante nos termos da concessão, essa cláusula previa que a concessionária de energia poderia reajustar suas tarifas de acordo com o preço do ouro, para driblar os efeitos da inflação e garantir os lucros, o que era particularmente problemático diante da depreciação cambial no período. A questão da cláusula-ouro é importante para compreender o processo de mudança do setor que ocorreu a partir da década de 30.

Não obstante, a Light não foi, até então, a única empresa estrangeira a entrar no setor elétrico brasileiro. A Partir da década de 20 a americana AMFORP chegou ao Brasil, mas não como uma competidora do já estabelecido grupo Light. As duas companhias estabeleceram no país um certo “acordo” sobre a divisão das áreas de atuação, o grupo Light ficou com o controle da exploração do mercado no eixo Rio-São Paulo, enquanto a Amforp se dirigiu ao interior de São Paulo e para outras capitais brasileiras. (GOMES e VIEIRA. 2009)

A década de 20 não foi marcada apenas pela chegada do grupo AMFORP no país. Para o setor elétrico a década foi de grande progresso, esse período foi marcado pelo aumento da demanda por energia nos grandes centros urbanos, as paisagens urbanas, principalmente em São Paulo e Rio mudaram drasticamente devido a ampliação do sistema de iluminação pública a base de energia elétrica em detrimento do sistema a gás usado até então, outra grande mudança foi a introdução dos bondes elétricos, que substituíram os de tração animal. Devido a esse aumento na demanda houve um investimento em ampliação da produção, e os anos 1920 foram marcados por

projetos mais ambiciosos, como a construção da usina de Ilha dos Pombos.(CMEB. 2006)

A Partir da década de 30 vai haver uma série de mudanças que vão alterar o cenário da produção de energia elétrica no Brasil. O catalisador dessas mudanças foi a Revolução de 1930, que trouxe em seu ideário um caráter mais nacionalista do que havia na política nacional da Primeira República. Com o primeiro governo Vargas se dão os primeiros passos rumo a um maior controle do estado sobre o gerenciamento dos recursos naturais do País, inclusive dos recursos hídricos, vitais para a geração de eletricidade no modelo de matriz energética brasileiro.

As mudanças no setor começam a aparecer no início dos anos 30 com a constituinte discutindo o fim da cláusula-ouro, importante mecanismo para o controle do valor do produto por parte das concessionárias estrangeiras.² O interesse maior do governo provisório de Vargas por um país mais nacionalista vai levar a criação do mais importante marco para o setor no período o chamado Código de Águas assinado pelo presidente Vargas em 1934.(LIMA. 1995).

O Código de Águas³, como mencionado, trouxe mudanças importantes, como o fim da cláusula-ouro, que afetou o preço da tarifa sobre o fornecimento do serviço, que antes era regulado através do valor internacional do ouro, passa agora a ser editado através da fórmula “serviço pelo custo” - onde às concessionárias deveriam estipular o valor da tarifa de acordo com o real valor investido pela mesma na produção. O Código de Águas trouxe mudanças sobre a concessão de exploração de recursos hídricos, limitando-as apenas a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, dando continuidade ao processo de nacionalização dos recursos naturais.(BARRETO. 2010)

² A concepção de tarifa do setor de energia baseada na chamada cláusula-ouro ou cláusula de ouro vincula-se aos parâmetros do sistema monetário internacional baseado no padrão-ouro (valor das moedas relacionado ao ouro) com regime cambial fixo que vigorou de 1870 até a Primeira Guerra Mundial. Após o que se observou uma fase sem um acordo até o acertado na Conferência de Bretton Woods (1944) e o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se tem uma nova ordem monetária internacional com o dólar como moeda internacional. Ou seja, a cláusula-ouro permitia à empresa um reajuste automático das tarifas quando a taxa de câmbio se desvalorizou; quer dizer, tinha-se flutuações tarifárias ao compasso do câmbio, o que afetava vários setores da economia, situação que significava internacionalização de setores da economia e colabora para travar o desenvolvimento nacional. Uma possível saída para esse impasse seria a quebra desse binômio (queda do câmbio – aumento de tarifas). Considerando-se que na década de 1930 não mais vigorava o padrão ouro, e que o governo tinha pendores nacionalistas e desenvolvimentistas, o lógico aconteceu, a cláusula ouro foi quebrada.

³ O código de águas de 1934 é apenas um dos códigos criados durante o governo Vargas, outros exemplos são o código de minas, o de caça e pesca, e o de florestas. Esses códigos visavam atualizar uma legislação incipiente ou obsoleta em face da modernização do País. (DRAIBE. 2004)

Com as alterações estabelecidas pelo novo código de águas sobre os valores das tarifas observa-se uma estagnação no investimento feito pela Light e AMFORP, essa falta de investimento em conjuntura com a crescente demanda por eletricidade no país vai trazer dificuldades ao fornecimento do serviço no país, esse problema vai se intensificar com o início do regime autoritário implantado por Vargas a partir de 1937, onde ele cria mais barreiras diante da atuação das concessionárias estrangeiras. A falta de investimento tanto privados como estatais gerou uma estagnação do setor e forçou o governo federal a criar em 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), que ficou responsável por todo o setor elétrico e era subordinado ao governo federal. (GOMES e VIEIRA. 2009). Mesmo com a intencionalidade de centralizar o controle da produção elétrica no Brasil, por causa da grande falta de investimento, o governo federal teve de ceder aos Estados a responsabilidade de desenvolver o setor elétrico, a fim de suprir a crescente demanda. O que em 1945 vai resultar na primeira grande experiência estatal no setor, que foi a criação, pelo governo de Getúlio Vargas, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF. (GOMES e VIEIRA. 2009).

A Partir de 1945, com o fim da II Guerra Mundial o mundo passou por mudanças relacionadas aos cenários políticos em todo o globo e no Brasil não foi diferente. O país passou por um processo de redemocratização com o fim do governo de Getúlio Vargas da ditadura do Estado Novo. Seu sucessor foi Eurico Gaspar Dutra, mas no cenário da energia elétrica no Brasil, seu governo não obteve grandes feitos. A energia era um dos pontos pretendidos no Plano Salte⁴ mas não teve os resultados esperados. Entretanto, no período desse governo houve uma continuação na já preocupante crise energética, que vai nortear as discussões sobre o setor durante a década de 1950.(GOMES e VIEIRA. 2009).

A década de 50, mais especificamente o período do segundo governo Vargas vai ser o mais importante para o setor até então. Vargas retorna ao poder em 1951 com um governo de viés desenvolvimentista⁵, ele almejava a um aumento na produção de bens de consumo, ampliação do mercado interno e uma maior intervenção do Estado nos setores de infraestrutura. A ampliação da produção de energia elétrica era essencial para atingir esses objetivos. Para gerir esses fins, foi criado o órgão da Assessoria Econômica

⁴ Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), plano econômico lançado em 1948 pelo governo de Dutra mas aprovado somente em 1950, que objetiva aplicar investimentos públicos nas áreas mais sensíveis para a população e mais estratégicas para o desenvolvimento. Com essa injeção de recursos, o governo pretende ativar a economia.

⁵ Desenvolvimentismo é uma ideologia que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento.

do Gabinete Civil da presidência da república em 1951, responsável por elaborar projetos para a política nacional de energia, sob chefia de Rômulo Almeida⁶. É preciso lembrar que até esse momento o Brasil ainda está à mercê das grandes concessionárias estrangeiras que fornecem os serviços, entretanto essas companhias não fazem aportes suficientes para suprir a crescente demanda por eletricidade nas cidades brasileiras, e as pequenas empresas privadas de capital nacional não conseguem angariar fundos suficientes para ampliar suas capacidades. Com o intuito de reverter esse cenário, o governo federal criou em 1953 o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) que geraria fundos para o Fundo Federal de Eletrificação (FFE). (CMEB. 2006).

O Fundo Federal de Eletrificação tinha como principal função “prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica” (BRASIL. LEI 2.308/1954). O Art. 1º dessa mesma lei acrescenta o financiamento do desenvolvimento da indústria de material elétrico, que estava no projeto original da Eletrobras mas que foi retirado em sua versão final que foi aprovada.

Todos esses acontecimentos serviram de gatilhos para a proposta do Poder Executivo do Projeto de Lei N°4280/1954, datado de 23 de abril de 1954, no qual a União requer que seja autorizada a construir a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS e dava outras providências.

Este projeto é de caráter centralizador e estatizante e será motivo de disputas e discussões acaloradas nos âmbitos políticos e da sociedade civil por anos, até sua conclusão, quase oito anos após sua proposta quando foi transformado na Lei Ordinária 3.890/1961.

3. Eletrobrás e os embates entre nacional desenvolvimentistas e liberais.

Com a posse de Getúlio Vargas em seu segundo mandato em 1951 o governo volta a ter um caráter nacional-desenvolvimentista, como já assinalado. O segundo governo Vargas vai buscar uma independência econômica para o Brasil a partir do fortalecimento da indústria, agricultura, mineração entre outros setores da economia. Esse desenvolvimento teria o Estado como indutor, todavia sem deixar o capital privado

⁶ Rômulo Almeida foi um político, economista, escritor e professor brasileiro. Notabilizou-se como pensador e agente do desenvolvimentismo, do municipalismo e da integração latino-americana. Como assessor econômico do último governo de Getúlio Vargas, criou instituições como a Petrobras, o plano embrionário da futura Eletrobrás e o Banco do Nordeste do Brasil.WEB.

totalmente de fora, ou seja, começa com caráter conciliatório entre o estado e os setores privados, nacionais e estrangeiros. (D'ARAUJO. 1992)

A questão do nacional-desenvolvimentismo é central no Brasil nesse período, porém, esse movimento não é invariável, e se apresenta em diferentes formas. Segundo Bielschowsky, o nacional-desenvolvimentismo se apresenta de três formas diferentes, um desenvolvimentismo do setor privado, um desenvolvimentismo do setor público não nacionalista e um desenvolvimentismo do setor público nacionalista. A corrente não nacionalista acreditava que a industrialização absorveria o progresso técnico do mundo, e abriria espaço para o capital estrangeiro, já os nacionalistas defendiam o desenvolvimento capitaneado pelo estado, uma autonomia na tomada de decisões. (BIELSCHOWSKY. 2010)

Para sintetizar, pode-se dizer que na direção ao rumo da modernização do Brasil havia dois caminhos, um desenvolvimentista nacionalista e um liberal. O primeiro defendendo a total interferência do Estado e o outro preferia a participação do capital privado com as leis do mercado como norteadoras. (BARRETO. 2010) A existência dessas duas vertentes foi central para o desenrolar do projeto Eletrobrás desde antes de sua concepção.

É importante ressaltar que o período pós-guerra é marcado no Brasil por um grande aumento na demanda de energia, mas que não foi acompanhado por um aumento na capacidade de fornecimento, gerando, assim, uma crise de abastecimento que perdurou por, pelo menos, uma década. Essa deficiência se deu pela falta de investimento e ampliação da produção pelas companhias estrangeiras (BARRETO. 2010). Sabendo disso, pode-se continuar na direção das argumentações propostas pelos liberais e pelos desenvolvimentistas.

Os liberais, representantes das concessionárias estrangeiras, alegavam que a falta de investimentos na expansão do setor tinha diminuído por causa das mudanças das regras para a tarifação, e que por essa razão as companhias não tinham verba para expandir suas redes. Outro ponto defendido por eles era em relação ao acesso ao Fundo Federal de Eletrificação (FFE), cuja verba não poderia ser acessada por entidades privadas, apenas por projetos ligados ao Estado.

O lado dos nacional-desenvolvimentistas defende uma maior intervenção do Estado no processo de produção de eletricidade e em outras questões relacionadas à infraestrutura, pois eles defendiam que uma intervenção estatal poderia diminuir as desigualdades regionais e a pobreza através da industrialização. Além disso,

argumentavam que o não investimento na ampliação da capacidade instalada pelas empresas privadas devia-se ao fato destas remeter os lucros para suas matrizes no exterior e não aplicar um percentual na ampliação e modernização de suas instalações e que isso freava o desenvolvimento do país. Visando apenas a questão da energia elétrica, uma intervenção estatal poderia diminuir a desigualdade de fornecimento de energia nas regiões fora da região Sudeste, como foi o caso da criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) que veio a suprir às necessidades da região Nordeste.(BARRETO. 2010).

O segundo governo Vargas, como já mencionado, apresenta um caráter desenvolvimentista, principalmente no âmbito da infraestrutura, seu interesse para o setor de energia era de desenvolver a infraestrutura para impulsionar a economia. É a partir de seu governo que vão surgir os principais marcos rumo ao desenvolvimento do setor e posteriormente da criação da Eletrobrás.

Para que o objetivo de Vargas para a infraestrutura se concretizasse, o setor de energia deveria ser expandido, portanto é durante seu governo que se cria os mecanismos que vão impulsionar o setor, nominalmente: o Fundo Federal de Eletrificação (FFE), o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), o Plano Nacional de Eletrificação (PNE) e o projeto de criação da Eletrobrás. Entretanto, essa abordagem nacionalista para o setor de energia gera um desconforto em vários setores da sociedade, particularmente da parte dos defensores do setor privado e das empresas estrangeiras. Esse desconforto vai vir principalmente em decorrência da impossibilidade do uso dos fundos do FFE por entidades privadas.

Segundo Barreto, o projeto Eletrobras não obteve o mesmo apoio popular que o projeto de criação da Petrobrás conseguiu através da campanha do “Petróleo é nosso”. Apesar dos dois projetos terem sido enviados ao mesmo tempo para o Congresso, em 1954, o projeto Petrobrás foi aprovado com certa facilidade, enquanto a criação da Eletrobrás levou quase 8 anos para ser aprovada. Barreto vai apontar como uma possível razão para o combate feito pelos setores ligados ao mercado em relação ao projeto o medo da nacionalização das concessionárias estrangeiras (BARRETO. 2010).

Os Críticos ao projeto Eletrobras eram variados, dentre os quais identifica-se as concessionárias estrangeiras, que defendiam seus interesses no País e também as empresas estaduais de energia, suas críticas ao projeto centralizador proposto pelo governo federal, se davam pelo fato da Eletrobras ser a responsável pelo gerenciamento do FFE, havia o temor que isso daria espaço para uso político da verba .(LIMA. 1995).

Outro grupo crítico à criação da Eletrobrás foi o Instituto de Engenharia de São Paulo, que organizou a *Semana de Debates sobre Energia Elétrica* em 1956, encontro marcado pelo teor crítico ao papel indutor do estado e privatista. O mediador desses debates foi Roberto Campos⁷, futuro presidente do BNDE, ele defendia uma modesta participação do Estado no setor elétrico, sua posição era de que o Estado deveria apoiar a iniciativa privada para aumentar seus lucros o que, segundo ele, levaria a um aumento no investimento no setor, dando fim a crise de abastecimento. (SILVA. 2015).

É importante reiterar que mesmo o projeto Eletrobras tendo sido enviado para discussão no congresso em 1954 sua aprovação veio em 1962, portanto sua discussão aconteceu durante 8 anos, e principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek. A semana de debates organizada pelo instituto de engenharia de São Paulo é um exemplo dessas discussões, pois nela falaram membros de alto escalão do governo JK como Roberto Campos e Lucas Lopes⁸.

No governo JK as diretrizes em relação à economia e ao crescimento industrial brasileiro vão mudar em relação ao governo de Vargas, saindo de um modelo onde o Estado seria o principal responsável pelo desenvolvimento e financiamento do setor para um modelo que privilegiaria a atração de capital privado para o desenvolvimento de diversos setores da economia brasileira. O governo Kubitschek vai incentivar a maciça entrada de capital estrangeiro, internacionalizando muitos setores novos. A política de seu governo está sinalizada no famoso “Plano de Metas” que vai desenvolver setores importantes da economia brasileira. O Programa previa trinta objetivos agrupados em cinco setores, um deles era o setor de energia.

A “meta energia” do plano abrangia a energia elétrica, energia nuclear, carvão e petróleo. Dentre essas modalidades, a energia elétrica usava 55,5% da verba para esta meta, o que correspondia a 23,7% de todo o investimento global do Plano de Metas; ou seja, quase um quarto do total geral seria destinado ao desenvolvimento do setor de energia elétrica.(CMEB. 2006).

O Plano de Metas, em relação ao setor de energia elétrica, praticamente coloca um fim nos debates sobre o Plano Nacional de Eletrificação (PNE) na Câmara, pois as diretrizes do Plano de Metas vão servir como um substituto ao plano original proposto

⁷ Roberto Campos foi economista, professor, escritor, diplomata e político brasileiro. Foi presidente do BNDE de 1958-1959 e defensor da iniciativa privada.

⁸ Lucas Lopes foi um político brasileiro, engenheiro, professor e ministro. Foi presidente do BNDE de 1956-1958.

no governo Vargas, já que o mesmo era formado por diferentes planos em curso governamentais ou privados.

Segundo o texto da CEMEB (2006), dois dos principais responsáveis pelo Plano de Metas foram Roberto Campos e Lucas Lopes. Campos tinha uma posição bem clara em relação à intervenção do Estado no setor de energia elétrica. Sua participação no seminário da semana de debates promovida pelo Instituto de Engenharia de São Paulo deixa isso bem claro, dentre suas posições estavam: apenas uma participação modesta do estado no setor, o Estado apenas como incentivador da captação de investimento pelo setor privado. Campos acreditava que com um lucro maior as concessionárias privadas teriam a iniciativa de ampliar sua rede e suprir o aumento da demanda por energia. Segundo Silva, essa ideia era confrontada diretamente pela realidade, pois nas cidades onde havia a atuação de uma concessionária privada na distribuição, ocorriam constantes racionamentos de energia. (SILVA. 2015). Além disso, essa argumentação de Campos passava ao largo de outra questão em debate naquela quadra, a polêmica em torno da remessa de lucros de empresas estrangeiras para suas matrizes, tema antigo do trabalhismo e das esquerdas.

Assim sendo, vai existir no governo de Juscelino um cenário paradoxal em relação ao setor de energia elétrica, pois ao mesmo tempo que o governo coloca o estado como protagonista do projeto, membros do alto escalão do governo vão agir para barrar um crescimento na intervenção estatal. Para Campos, o que bastava para o setor de energia elétrica seria uma reformulação tarifária que viabilizasse um aumento no investimento feito pelas concessionárias estrangeiras. (SILVA. 2015)

Outro membro do alto escalão do governo Kubitschek que foi um ator central na batalha contra o PNE e a Eletrobrás foi Lucas Lopes, ex-presidente do BNDE, que falou abertamente sobre sua atuação em prol do fim da discussão dos projetos varguistas na Câmara e no Senado. Lopes confessa:

Eu trabalhei para que o plano de Eletrificação não tivesse prosseguimento no Congresso. Indiretamente, trabalhei também para que o projeto Eletrobras não fosse aprovado. Tínhamos a preocupação de que, se a Eletrobras fosse aprovada nos termos do projeto, enfrentaríamos sérias dificuldades. (LOPES, In Dias; Org., 1995:57)

As dificuldades sinalizadas por Lopes nesse trecho mencionado acima são em relação ao papel da Comissão Executiva do Plano Nacional de Eletrificação, que era subordinada diretamente ao presidente da república, essa crítica gira em torno do

aspecto centralizador do Projeto Eletrobrás, que segundo os críticos dificultaria novos projetos, já que para utilizar os fundos do FFE o projeto deveria ser autorizado pela comissão.

Contudo, o PNE e os projetos mais estatizantes não viviam só de críticas, existia uma parcela da sociedade civil composta por nacional-desenvolvimentistas que lutavam por uma presença maior do Estado brasileiro no setor de produção e distribuição de energia elétrica. A posição nacionalista da questão abordava a falta de investimento e o descaso das concessionárias estrangeiras na resolução da crise energética do país.

A exemplo disso pode-se apontar a atuação do ex-deputado federal Francisco Saturnino Braga, que era um defensor do PNE. Segundo Silva, ele foi responsável pela aprovação do Plano Nacional de Eletrificação na Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas em 1955. Outra figura importante no campo nacionalista é a de Jesus Soares Pereira, responsável pela assessoria econômica de Vargas, um dos criadores do PNE e do projeto Eletrobrás. Ele criticava as ações de membros do alto escalão do governo JK para barrar as tratativas em torno do projeto Eletrobras. As críticas de Pereira vão além do fato de membros do governo já estarem boicotando os projetos estatizantes, sua crítica vai em direção a atuação do BNDE, que usaria recursos do FFE para financiar ações das concessionárias privadas.(SILVA. 2009).

Outro fator a ser ressaltado sobre o tema relativo à falta de investimentos por parte das concessionárias privadas estrangeiras relaciona-se à questão da remessa de lucros para a matriz no exterior, que vai ser um motivo de desentendimento entre os governos brasileiro e norte-americano, principalmente após a assinatura da Lei 4.131/62 (“Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências”), assinada por João Goulart regulando a questão da remessa de lucros, cujo projeto fora enviado ao Legislativo ainda no governo Vargas,

Portanto, podemos dizer que o processo de criação da Eletrobrás foi de certa forma conturbado, diferente de projetos como o da Petrobrás, que tiveram uma passagem mais tranquila pelo congresso nacional, o PNE e a Eletrobras vão sofrer com intensos e acalorados debates.

O setor de energia elétrica não era novo no Brasil, por isso uma reformulação drástica em seu formato não aconteceria sem um forte embate entre as posições divergentes. Enquanto os liberais propunham que o governo servisse apenas como indutor do capital privado, tirando às limitações na tarifação do consumo, além de liberar o uso dos recursos do FFE para as concessionárias privadas; os

nacional-desenvolvimentistas defendiam uma forte presença do Estado no setor de energia elétrica, pois a iniciativa privada não era capaz de suprir às demandas crescentes da sociedade e do desenvolvimento brasileiro. Estes defendiam, que a criação de uma companhia centralizadora como a Eletrobrás seria de vital importância para a ampliação do setor.

4. A criação da Eletrobrás. Marcos da estatização da produção de eletricidade

O setor de produção e distribuição de energia elétrica no Brasil esteve nas mãos da iniciativa privada por décadas, desde seus primeiros passos no fim da década de 80 do século IX até a década de 1940, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco/ CHESF, criada no fim do governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 8.032, de 3 de outubro de 1945, pouco antes da queda de Chefe do Estado Novo, em 29 daquele mês e constituída em maio de 1948, no governo Dutra.

Assim, , é no governo de Eurico Gaspar Dutra que a companhia vem a ser, de fato, constituída, quando em 15 de março de 1948 é realizada a primeira Assembleia Geral de seus acionistas. Mesmo sendo a primeira companhia pública de energia no Brasil, ela não foi o primeiro passo estatizante ligado ao setor. O primeiro grande passo rumo ao que viria a ser a PNE e a Eletrobras foi a criação do Código de Águas em 1934, também uma iniciativa da Era Vargas.

O Código de Águas foi o primeiro marco regulatório a tratar da questão da utilização dos recursos hídricos no Brasil, este estabelecia que o poder de concessão para aproveitamento de recursos hídricos para a produção de energia seria exclusividade da União, diferenciando a posse do solo da posse das quedas d'água, ou de outras formas de exploração da matriz energética. (BRASIL, DECRETO 24.643/1934).

Às modificações no modelo de concessões do uso de recursos hídricos propostas pelo Código de Águas de 34 vai modificar mais profundamente o cenário pré-existente, já que a partir de sua promulgação, como alhures já mencionado, às concessões de exploração só poderiam ser dadas a brasileiros e para empresas brasileiras, o que inicia um processo de nacionalização da produção de energia elétrica no Brasil, indo de encontro direto ao modelo vigente na época que era controlado pelas concessionárias estrangeiras. (LIMA. 1995)

O Código de Águas gerou um descontentamento generalizado entre os produtores de energia elétrica desde sua criação, portanto vai haver uma “luta” por reformulação do código, que leva a uma alteração do mesmo. Suas intenções eram de mudar a questão da tarifação sobre a energia, pois segundo a burguesia nacional, e membros técnicos de diferentes setores era a verdadeira responsável pelo desinteresse das concessionárias estrangeiras em aumentar seus investimentos no setor.

Assim como o Código de Águas, outro marco importante do setor público é iniciativa do governo de Getúlio Vargas, mas viabilizada no governo de Dutra, está-se falando da já aludida criação da CHESF. As grandes concessionárias estrangeiras estavam instaladas nos grandes centros urbanos do sudeste, deixando de lado às outras regiões do País, por essa razão dá-se continuidade ao projeto varguista e, como já citado, é constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF, que vai ser a primeira empresa estatal federal de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por atender a demanda da região Nordeste.(GOMES e VIEIRA. 2009). A CHESF tinha como objetivo a construção da usina de Paulo Afonso, que geraria energia para atender a região nordeste, não priorizada em seu abastecimento tanto pelo Amforp, como pelas companhias locais. Como mencionado, ela foi instituída em outubro de 1945, na prática instalada em 1948, e só concluiu a construção da usina de Paulo Afonso dez anos depois, em 1955 (LEITE, 2007).

Outra iniciativa rumo a um maior envolvimento do Estado na produção de energia elétrica teve início em 1949 em Minas Gerais, durante o mandato do governador Milton Campos. Foi proposta a criação de uma empresa de economia mista no setor da eletricidade. Em 1952 foi criada a empresa holding chamada de Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.-CEMIG. A Cemig tinha como objetivo promover o desenvolvimento industrial e agroindustrial de Minas Gerais.(LEITE. 2007).

Esses projetos iniciais que criaram empresas de capital estatal são importantes para o que vem a ser o projeto Eletrobrás, pois, mesmo sendo projetos estadual ou regional, eles estavam ligados a um sistema de produção e distribuição de energia que visavam suprir as necessidades de suas respectivas regiões. É importante ressaltar que essas empresas não são as únicas, tem-se outras como a iniciativa da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica/CEEE no Rio Grande do Sul, que começa como comissão, em 1943, e se transforma em companhia em 1959. Apenas para exemplificar. Ressalta-se, todavia, que as principais ações rumo a uma estatização centralizadora do setor de energia elétrica acontecem nos governos de Vargas e JK.

Em sua volta ao poder, Vargas assumiu o governo em 1951, em um contexto internacional caótico. A década de 50 é marcada pela guerra fria e mais precisamente pela guerra da Coreia, que tem uma influência direta na relação entre Brasil e Estados Unidos. A instabilidade das relações internacionais favorece as negociações da diplomacia dos dois países em torno dos financiamentos destinados à ampliação das redes de infraestrutura criadas por Truman em 1949. Essas negociações vão resultar na criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico-CMBEU. O trabalho da comissão consistia em criar projetos de infraestrutura, especificando orçamentos e transformando recomendação de investimentos em moeda estrangeira. A CMBEU teve um papel central na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico- BNDE em 1952. Entretanto, vai haver um rompimento com a CMBEU, afetando os empréstimos externos. (LIMA. 1995)

Com o fim da CMBEU em 1953 o governo de Vargas vai ter dificuldades de atrair investimento estrangeiro. Nesse contexto, o governo de Getúlio envia ao congresso projetos de criação de fundos setoriais para financiar projetos de infraestrutura, no caso da energia elétrica serão criados o FFE, que vai ser abastecido pelo IUEE e a criação da Eletrobrás, como uma empresa *Holding* das companhias federais de energia elétrica.(GOMES e VIEIRA. 2009).

A Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, em sua ementa proclama que ela “institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica [Imposto Único sobre Energia Elétrica/IUEE], altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.” (BRASIL, Lei 2.308/1954). O IUEE foi o primeiro imposto de cunho federal destinado ao desenvolvimento do setor de energia elétrica no Brasil. Como este imposto foi instituído por lei proposta pela presidência da República, ele seria cobrado pelo governo federal como imposto de consumo, seu valor seria dividido entre a União e os Estados e o Distrito Federal, sem deixar de existir cobranças semelhantes da alçada dos Estados e municípios. (CMEB. 2006).

O montante arrecadado do IUEE seria distribuído e a parte que cabe a união seria canalizada para o FFE. O fundo federal passa a ser gerido pelo BNDE, que agia como Banco de fomento dos investimentos setoriais, o BNDE também vai ser responsável pela distribuição dos recursos arrecadados pelo imposto único aos estados e municípios, um ponto de discordância entre eles. (LIMA. 1995)

No mesmo ano que se cria o FFE, o governo Vargas vai enviar o Projeto de Lei 4.277/54 que continha o Plano Nacional de Eletrificação-PNE e o Projeto de Lei nº 4.280/1954 que cria as Centrais Elétricas Brasileiras- Eletrobrás. Vargas pretendia acabar com os racionamentos e criar condições para a industrialização do país que vivia com apagões com cortes recorrentes de luz, quando não totalmente no escuro durante a noite. Essas são iniciativas de um projeto ambicioso do presidente Vargas que pretendia pôr fim no sistema que fornecia eletricidade de forma capenga e finalmente ordenar o sistema elétrico para dotar o país com energia elétrica abundante. (WESTIN, 2021).

Não obstante, esses projetos vão ficar no meio de um processo caótico advindo da morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954, do governo de Café Filho (agosto de 1954-novembro de 1955) e da crise de transição de poder para JK.

Como dito, o governo de Juscelino vai ter como base o Plano de Metas/PM, dentre as metas estabelecidas haverá a energia. A meta energia junto da meta transporte, respondiam por 73% dos orçamentos do Plano de Meta. A criação do PM pelo governo JK, como alhures mencionado, vai pôr um ponto final simbólico na tramitação do PNE pois ele próprio já serviria como um plano de eletrificação, pois o mesmo não teria as mesmas dificuldades de tramitação no congresso nacional que tivera o Plano Varguista (LIMA. 1995).

O PM de JK não era propriamente um plano de eletrificação, mas ele deu ênfase em priorizar planos existentes e financiar novos projetos no setor. Assim, esse período é marcado por intensa presença de capital estatal no campo da energia elétrica. Mas o governo JK também buscou ampliar os investimentos privados através de reformas tributárias. Durante o governo foram concluídos grandes projetos no campo da energia elétrica, como é o caso de Furnas e a hidrelétrica de Três Marias. Esse mesmo governo criou o Ministério de Minas e Energia -MME. O ministério recém-criado fomenta e conduz a uma maior complexidade na gestão dos recursos do FFE, essa maior complexidade vai favorecer o progresso do projeto de Lei nº 4.280/54 no congresso, pois no projeto Eletrobrás, a holding seria responsável pela gestão dos recursos.(LIMA. 1995)

Em 1957, a Confederação Nacional das Indústrias-CNI retira a oposição do setor privado ao projeto Eletrobrás, o que permite ao projeto avançar. Em Abril de 1961, Jânio Quadros sancionou a lei 3.890-A/61 que autorizava a criação da Eletrobrás com vetos parciais, como no caso da formação de uma indústria estatal de material elétrico “produzindo os geradores, as turbinas, os transformadores e os demais equipamentos

pesados que ela mesma usaria para gerar eletricidade.” (WEASTIN, 2023). Entretanto, a Centrais Elétricas Brasileiras só foi devidamente instalada em 11 de junho de 1962, no governo de João Goulart, como uma empresa *Holding*, incorporando os investimentos do BNDE e assumindo a responsabilidade pelo planejamento e expansão do setor de energia elétrica do Brasil.(CMEB. 2006). Observa-se que este percurso atravessou o governo de cinco presidentes da República até ser concretizado e que teve início em um governo trabalhista, o de Getúlio Vargas, e instalada em outro governo trabalhista, o de João Goulart.

O impacto da criação da Eletrobrás na participação estatal no setor de produção de energia elétrica no Brasil pode ser aferido na tabela abaixo.

Tabela 1

Brasil: Potência Elétrica Instalada por Tipo de Concessão, 1952/1962

(Em MW)

Ano	Pública		Privada		Fornecimento Intra-Firma		Total	
	Energia	(%)	Energia	(%)	Energia	(%)	Energia	(%)
1952	135,6	6,8	1 635,5	82,4	213,17	10,8	1 984,8	100,0
1955	538,5	17,1	2 248,4	71,4	361,6	11,5	3 148,5	100,0
1958	824,5	20,6	2 742,8	68,7	425,8	10,7	3 993,1	100,0
1960	1 098,9	22,9	3 182,2	66,3	519,0	10,8	4 800,1	100,0
1962	1 791,9	31,3	3 161,4	55,2	775,5	13,5	5 728,8	100,0
1965	4 048,0	54,6	2 486,2	33,6	876,8	11,8	7 411,0	100,0

Fonte: (BEAR e MCDONALD. 1997 p.19)

Com base na tabela disposta acima pode-se observar como foi a progressão da participação do Estado brasileiro no setor elétrico. Até 1952 a participação estatal era muito pequena, correspondendo a apenas 6,8% da capacidade instalada contra 82,4% de participação das companhias privadas. Apesar disso, pode-se notar um aumento significativo da presença da União nesse campo a partir de 1955. Até o período de abrangência deste trabalho, o governo federal e a Eletrobrás são responsáveis por 31,3% da produção de energia. Três anos após o início das operações das Centrais Elétricas Brasileiras o cenário vai mudar e a partir de 1965 o Estado brasileiro passa a ser o maior responsável pela produção energética no Brasil.

5. Considerações finais

A energia foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade como a conhecemos e no Brasil não seria diferente. A energia elétrica chega no País em consonância com o resto do mundo no final do século XIX. No primeiro momento seu uso se limitava a poucas infraestruturas estatais, como o caso da estação central da ferrovia Dom Pedro II.

Até a década de 1980 a história do setor de energia elétrica no Brasil pode ser dividida em dois momentos primordiais, o primeiro, marcado por um monopólio privado, e um segundo, marcado por uma presença maior do capital estatal. Esse primeiro momento se inicia com a entrada da Light and Power ainda no século XIX, primeiro em São Paulo, e depois na então capital federal, Rio de Janeiro. Na década de 20 do século passado outra companhia estrangeira entrou no mercado energético brasileiro, a americana Amforp, que atuava no interior de São Paulo e em outras capitais estaduais.

A presença estatal tem seu início na década de 1930 com o Código de Águas, que vai ser o primeiro marco regulatório do setor. Entretanto, a primeira companhia pública de geração de energia surge na década seguinte, a CHESF, e representa a tentativa estatal de adentrar no mercado de produção de energia elétrica. A partir de 1951, com o segundo governo Vargas, se dá início a um projeto estatizante e centralizador para o campo da geração de energia elétrica no Brasil. É no governo de Getúlio dos anos 1950 que vão ser propostos o Plano Nacional de Eletrificação-PNE e o projeto de Criação das Centrais Elétricas Brasileiras- Eletrobrás.

Essas propostas vão ser levadas ao congresso nacional logo após a morte do presidente Vargas em 1954. Porém, devido a um embate entre setores nacionalistas e setores liberais serão precisos quase oito anos para que a Eletrobrás seja finalmente constituída no governo do trabalhista João Goulart.

Dessa maneira, é possível compreender que o projeto Eletrobrás teve um papel marcante no que diz respeito ao desenvolvimento brasileiro, pois, a questão da energia elétrica é primordial para qualquer projeto de desenvolvimento socioeconômico, sem ela os avanços tecnológicos do último século não seriam possíveis de serem alcançados. Ademais, olhando exclusivamente para o Brasil da década de 50 do século XX,

constata-se que a entrada do governo federal no campo de produção da eletricidade foi fundamental para a diminuição das desigualdades regionais existentes.

É importante salientar que o período do pós-guerra é marcado no Brasil por uma grave crise energética, o que foi um dos motivadores da reestruturação do setor de energia elétrica, pois o modelo baseado no monopólio privado não conseguia suprir a crescente demanda no país. Dado que, devido a mudanças acontecidas na década de 1930 com relação a legislação sobre a tarifa, as concessionárias privadas sob o argumento de que a quebra da cláusula-ouro como base para a regulação da tarifa da energia, passará a não investir na ampliação do setor de forma substancial. Com isso, o setor vai precisar de uma injeção de capital, o que vai acontecer com a entrada do capital estatal.

Essa entrada do Estado Brasileiro no setor vai ser primordial para o desenvolvimento do mesmo. Como pode ser observado na Tabela 1, o poder público vai aumentar sua participação na indústria elétrica de forma substancial e rápida nos 13 anos abordados pelos dados da tabela e a participação da União vai sair de pouco mais de 6% para quase 55% de toda a capacidade instalada.

Portanto, é possível dizer que o processo de estatização do setor elétrico brasileiro terá resultados positivos. Seu objetivo era ampliar a capacidade de produção para suprir o aumento na demanda exigida por um projeto desenvolvimentista e pode-se dizer que esse objetivo foi atingido. Nas décadas seguintes o processo de estatização continuou com um aumento ainda maior da presença estatal.

Resta ainda em aberto, por extrapolar o escopo deste trabalho, a devida análise da argumentação do setor privado que diz não ter investido no aumento da produção de energia elétrica no país devido ao não aumento das tarifas face a quebra da vinculação destas com a cláusula-ouro ou simplesmente o aumento das tarifas no Pós Segunda Guerra Mundial. Mas quando se sabe que, naquela quadra, uma das lutas travadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1959-1963), foi com a estadunidense Bond & Share que operava naquele Estado por meio de sua filial, a CEE (Companhia de Energia Elétrica), e que a questão central dessa luta era em torno da remessa de royalties para o exterior e a recusa dessa companhia em ampliar a rede elétrica do estado, vindo Brizola a encampar aquela filial (CEE) por tê-la como ineficiente e por entender que ela causava prejuízo ao desenvolvimento do estado, resta em dúvida a mencionada argumentação.

Assim, o presente artigo se limita a trabalhar o processo de estatização do setor elétrico até o ano de 1962 em torno da constituição da Eletrobrás. Portanto, ele vai deixar de comentar a questão acima colocada e os marcos acontecidos nas décadas seguintes, abrindo espaço para uma continuação da pesquisa.

6. Referências bibliográficas

BAER, Werner; MCDONALD, Curt. Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 16, 1997.

BARRETO, William de Miranda. *Eletrobrás: o embate por trás de sua criação*. 2010.

Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/items/a486b106-7129-43e3-aabc-9a8ac38875f6> Acesso: 29/04/24.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. "O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960." *BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal* 15-22.

BRASIL, DECRETO n. 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934. Decreta o Código de Águas. In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm Acesso em 30/06/2024

BRASIL. Projeto de Lei n. 4.280, de 24 de abril de 1954. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras, S.A. e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional, Seção I*, p.1976 Disponível em: <https://www.camara.leg.br> acesso em 20/07/2023

BRASIL Lei n. 2.308, de 31 de Agosto de 1954, Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional, Seção I*, p.3591.

In

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2308-31-agosto-1954-355125-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 15/04/2024.

BRASIL. Lei nº 3.890-A, de 25 de Abril de 1961, autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências.

in

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-norma-pl.html>. Acesso em 30/04/2024

BRASIL. Lei N. 4.131, de 3 de setembro de 1962. In

[https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4131.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.131%2C%20DE%203%20DE%20SETEMBRO%20DE%201962.&text=Disciplina%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20capital.exterior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=2021%20\(Vig%C3%AAs\)-.Art.de%20lucros%20em%20moeda%20nacional](https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4131.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.131%2C%20DE%203%20DE%20SETEMBRO%20DE%201962.&text=Disciplina%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20capital.exterior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=2021%20(Vig%C3%AAs)-.Art.de%20lucros%20em%20moeda%20nacional) Acesso em 30/04/2024.

CAPORRINO, Amanda Walter. Entre choques de interesses: a atuação da AMFORP no Brasil pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (1940-1960). In XII Congresso de História Econômica: A Dinâmica da Informação na História Econômica: Fluxos Materiais e Imateriais – 22 a 25/11/2021 – São Paulo/SP. Disponível em <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XII-congresso-2021-anais-eletronicos-Amanda-Walter-Caporri-no.pdf> Acesso em 28/04/2024

CMEB (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil). Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro, 1988. ISBN 85-85147-03-2 Disponível em:

<https://memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/13652/panorama-do-setor-de-energia-eletrica-do-brasil-panorama-of-eletric-power-sector-in-brazil> acesso: 29/04/24

DIAS, Renato Feliciano. (coord.) A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995. Disponível em:

<https://memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/6793/a-eletobras-e-a-historia-do-setor-de-energia-eletrica-no-brasil-ciclo-de-palestras> Acesso: 29/04/24

D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 1992. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a56a305e-e28a-4b4a-a8c2-b361e5d9c39d/content> Acesso em: 07/05/2024

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil 1930-1969. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GOMES, João Paulo Pombeiro; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. Revista de Administração Pública, v. 43, p. 295-321, 2009 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/NWxd9HmK8wJBGKMPq6GcLqz/?lang=pt> Acesso: 29/04/24

LIMA, José Luiz. Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro. Memória da Eletricidade, 1995. 190 p. ISBN 85-85147-29-6 Disponível em:

<https://memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/7261/politicas-de-governo-e-desenvolvimento-do-setor-de-energia-eletrica-do-codigo-de-aguas-a-crise-dos-anos-80-1934-1984> Acesso:29/04/24

LEITE, Antonio Dias. A Energia do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Marcelo Squinca. Entre raios e trovoadas: o debate sobre o projeto da criação da Eletrobrás no interior do governo Juscelino Kubitschek (1956-61). Revista de Economia Política e História Econômica , v. 10, p. 272, 2015. Disponível em:

<https://www.rephe.net/in%C3%ADcio/n%C3%BAmeros-anteriores> Acesso em:06/07/24

SILVA, Marcelo Squinca da et al. " Um caso de desamor": o debate sobre a estatização do setor de energia elétrica 1956-61. 2009.

TONIDANDEL, Danny Augusto Vieira; ARAÚJO, Antônio Emílio Angueth de; BOAVENTURA, Wallace do Couto. História da Eletricidade e do Magnetismo: da Antiguidade à Idade Média. In Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 40, nº 4, e4602 (2018). Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rbef/a/fQ4Ck9MFSK5gHxKnQJy7T3x/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15/08/2024.

WESTIN, Ricardo. Antes da criação da Eletrobras, que agora pode ser privatizada, Brasil vivia rotina de apagões. In Agência Senado apud El País Brasil, 18/6/2021.

Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-18/antes-da-criacao-da-eletobras-que-agora-pode-ser-privatizada-brasil-vivia-rotina-de-apagoes.html>

Acesso em 20/05/2024.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gabriel Rocca de Souza, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **A Eletrobrás e a estatização do setor elétrico brasileiro. (1954-1961)** foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 20 de setembro de 2024

Gabriel Rocca de Souza
(Matrícula UnB -...)